

## HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO

## Termo de Referência 27/2026

## Informações Básicas

|                    |  |                            |                           |
|--------------------|--|----------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG   | Editado por                | Atualizado em             |
| 27/2026            | 160495-HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO | TIAGO AUGUSTO MEDEIROS PAZ | 28/04/2026 15:45 (v 0.11) |
| Status             |  |                            |                           |
| ASSINADO           |  |                            |                           |

## Outras informações

|  |                       |                         |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo |                       | 64584.029895/2025-90    |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição do material de consumo OPME de Eletrofisiologia e Extração de Eletrodos para a Clínica de Cardiologia , em prol do Hospital Militar de Área de São Paulo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL   |
|--|---|--------|-------------------|------|----------------|---------------|
| GRUPO 1 –ESTUDO ELETROFISIOLOGICO (Itens 1 a 4)  |   |        |                   |      |                |               |
| 1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, bem como, disponibilidade integral do técnico mediante solicitação da instituição. (Conforme item 1.6 deste documento). |   |        |                   |      |                |               |
| 01   | CATETER DECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, TIPO SEIO CORONÁRIO, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS. | 459939 | Unidade           | 12   | R\$ 5.300,00   | R\$ 63.600,00 |
| 02   | CONECTOR PARA CATETER DECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA   | 618348 | Unidade           | 12   | R\$ 1.747,67   | R\$ 20.972,00 |

|   |  |        |         |    |              |                       |
|---|--|--------|---------|----|--------------|-----------------------|
|   | ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA/MS.   |        |         |    |              |                       |
| 03  | CATETER QUADRIPOlar DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.  | 459915 | Unidade | 24 | R\$ 4.300,00 | R\$ 103.200,00        |
| 04  | CONECTOR PARA CATETER QUADRIPOlar. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO QUADRIPOlar COM CURVA DEFLECTIVEL COM APROXIMADAMENTE 2,5M DE COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS. | 61848  | Unidade | 24 | R\$ 1.747,67 | R\$ 41.944,00         |
| <b>TOTAL</b>  |  |        |         |    |              | <b>R\$ 229.716,00</b> |
| <b>GRUPO 2 – ABLAÇÃO CONVENCIONAL (Itens 5 a 14)</b>  |  |        |         |    |              |                       |
| 1 equipamentos de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, bem como, disponibilidade integral do técnico mediante solicitação da instituição. (Conforme item 1.6 deste documento). |  |        |         |    |              |                       |
| 05  | CATETER DE ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA BIDIRECIONAL. MATERIAL: POLÍMERO RADIOPACO. MODELO: QUADRIPOlar. TIPO CURVA: AJUSTÁVEL. TAMANHO PONTA: CERCA DE 4 MM. DIÂMETRO CATETER: CERCA DE 7 FRENCH. COMPRIMENTO: CERCA DE 110 CM. ADICIONAIS: C/ MANOPLA. OPCIONAIS: SENSOR DE TEMPERATURA. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO. COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL C/ GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA.     | 459915 | Unidade | 12 | R\$ 5.234,33 | R\$ 62.812,00         |
|   | CONECTOR PARA CATETER DE ABLAÇÃO. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O GERADOR DE   |        |         |    |              |                       |

|    |   |        |         |    |               |               |
|----|---|--------|---------|----|---------------|---------------|
| 06 | RADIOFREQUÊNCIA E O CATETER TERAPÊUTICO DE ELETROFISIOLOGIA QUADRIPOlar COM ELETRODO DISTAL DE 4MM, COM COMPRIMENTO ACEITÁVEL ACIMA DE 2,5 METROS. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, AUTOCLAVÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.  | 482532 | Unidade | 12 | R\$ 3.216,67  | R\$ 38.600,00 |
| 07 | CATETER DECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.  | 459939 | Unidade | 12 | R\$ 5.300,00  | R\$63.600,00  |
| 08 | CONECTOR PARA CATETER DECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERELIZAÇÃO. REGISTO ANVISA/MS. | 618348 | Unidade | 12 | R\$ 17.860,00 | R\$ 21.432,00 |
| 09 | CATETER QUADRIPOlar DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.   | 459915 | Unidade | 12 | R\$ 4.900,00  | R\$ 58.800,00 |
|    |   |        |         |    |               |               |

|    |  |        |         |    |              |               |
|----|--|--------|---------|----|--------------|---------------|
| 10 | CONECTOR PARA CATETER QUADRIPOlar. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO QUADRIPOlar COM CURVA DEFLECTIVEL COM APROXIMADAMENTE 2,5M DE COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.   | 618348 | Unidade | 12 | R\$ 1.683,33 | R\$ 20.200,00 |
| 11 | INTRODUTOR TRANSEPTAL CONVENCIONAL. INTRODUTOR LONGO PARA PUNÇÃO TRANSEPTAL COM DILATADOR, DE CALIBRE 8,0 FR, 8,5 FR, 9,0 FR OU 9,5 FR E APROXIMADAMENTE 63CM DE COMPRIMENTO; COM FIO GUIA; PARA MAPEAMENTO DO ANEL TRICÚSPIDE E PUNÇÃO TRANSEPTAL, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO E LEGISLAÇÃO VIGENTE. | 439940 | Unidade | 12 | R\$ 1.807,07 | R\$ 21.684,80 |
| 12 | CATÉTER DE ABLAÇÃO BIDIRECIONAL IRRIGADO. CATETER QUADRIPOlar TERAPEÚTICO DE ABLAÇÃO IRRIGADO PARA ELETROFISIOLOGIA, DE DEFLEXÃO BIDIRECIONAL, COM PONTA DE 3,5 MM A 4 MM, COMPATÍVEL COM SISTEMA DE MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO, MALEÁVEL, E NÃO RÍGIDO, MEDINDO 7 A 8 FR DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DE 110 A 115 CM APROXIMADAMENTE, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.                     | 459915 | Unidade | 06 | R\$ 9.329,05 | R\$ 55.974,32 |
|    | EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO. EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO DE  |        |         |    |              |               |

|   |  |        |         |    |               |                       |
|---|--|--------|---------|----|---------------|-----------------------|
| 13  | CATETER DE ELETROFISIOLOGIA TERAPÊUTICO IRRIGADO, EM PLÁSTICO/PVC, COMPOSTO POR SISTEMA DE IRRIGAÇÃO CONTINUA ABERTA COMPATÍVEL COM A BOMBA DE IRRIGAÇÃO, EM 02 VIAS, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM ABERREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE ATUAL.  | 610538 | Unidade | 06 | R\$ 1.500,00  | R\$ 9.000,00          |
| 14  | INTRODUTOR TRANSEPTAL DEFLECTIVEL. REVESTIDO COM MALHA INTERNA; DE BAIXO PERFIL PARA ACESSO TRANSEPTAL, COM DEFLEXÃO DE CURVA BILATERAL; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 180 CM; CALIBRE 9,5 FR, 9,0 FR, 8,5 FR OU 8,0 FR; FIO GUIA; MARCADOR RADIOPACO; VÁLVULA HEMOSTÁTICA; ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.                                      | 439939 | Unidade | 06 | R\$ 2.709,00  | R\$ 16.254,00         |
| <b>TOTAL</b>  |  |        |         |    |               | <b>R\$ 368.357,12</b> |
| <b>GRUPO 3 – ABLAÇÃO DE ARRITMIAS VENTRICULARES (Itens 15 a 27)</b>   |  |        |         |    |               |                       |
| 1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, bem como disponibilidade integral do técnico mediante solicitação da instituição. (Conforme item 1.6 deste documento). |  |        |         |    |               |                       |
| 15  | CATÉTER DE ABLAÇÃO IRRIGADO BIDIRECIONAL COM SENSOR DE CONTATO. CATETER DE ABLAÇÃO, TERAPÊUTICO, QUADRIPOLAR, 7 FR OU 8 FR, COM PELO MENOS 110 CM, CURVA DEFLECTIVEL, PONTA 3,5 MM OU 4 MM, IRRIGADO, COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. PARA USO COM GERADOR DE RADIO FREQUENCIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS. | 478304 | Unidade | 6  | R\$ 20.000,00 | R\$ 120.000,00        |
|   | CONECTOR PARA CATETER DE ABLAÇÃO. CABO CONECTOR INTERFACE  |        |         |    |               |                       |

|    |   |        |         |   |              |               |
|----|---|--------|---------|---|--------------|---------------|
| 16 | ENTRE O GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E O CATETER TERAPÊUTICO DE ELETROFISIOLOGIA QUADRIPOlar COM ELETRODO DISTAL DE 4MM, COM COMPRIMENTO ACEITÁVEL ACIMA DE 2,5 METROS. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, AUTOCLAVÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.                 | 482532 | Unidade | 6 | R\$ 2.640,00 | R\$ 15.840,00 |
| 17 | EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO. EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO DE CATETER DE ELETROFISIOLOGIA TERAPÊUTICO IRRIGADO, EM PLÁSTICO/PVC, COMPOSTO POR SISTEMA DE IRRIGAÇÃO CONTINUA ABERTA COMPATÍVEL COM A BOMBA DE IRRIGAÇÃO, EM 02 VIAS, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM ABERREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE ATUAL.   | 453313 | Unidade | 6 | R\$ 958,33   | R\$ 5.750,15  |
| 18 | ELETRODOS DE SUPERFÍCIE PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. APLICAÇÃO 1: P/ SISTEMA DE MAPEAMENTO CARDÍACO ELETROANATÔMICO. MODELO: DE SUPERFÍCIE, REFERÊNCIA EXTERNA. TIPO: ADESIVO. ACESSÓRIO: C/ CABO COMPATÍVEL C/ EQUIPAMENTO. ESTERILIDADE: USO ÚNICO. APRESENTAÇÃO: CONJUNTO CERCA DE 6 ELETRODOS. EMBALAGEM UNITÁRIA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, REFERÊNCIA, LOTE E ANVISA/MS. | 620705 | Unidade | 6 | R\$ 5.929,29 | R\$ 35.576,32 |
| 19 | CATETER DECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ   | 459939 | Unidade | 6 | R\$ 5.300,00 | R\$ 31.800,00 |

|    |   |        |         |   |              |               |
|----|---|--------|---------|---|--------------|---------------|
|    | OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.   |        |         |   |              |               |
| 20 | CONECTOR PARA CATETER DECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO. REGISTO ANVISA/MS. | 618348 | Unidade | 6 | R\$ 1.581,00 | R\$ 9.486,00  |
| 21 | CATETER QUADRIPOlar DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.   | 459915 | Unidade | 6 | R\$ 4.300,00 | R\$ 25.800,00 |
| 22 | CONECTOR PARA CATETER QUADRIPOlar. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO QUADRIPOlar COM CURVA DEFLECTIVEL COM APROXIMADAMENTE 2,5M DE COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.                            | 618348 | Unidade | 6 | R\$ 1.435,00 | R\$ 8.610,00  |
|    | CATÉTER MULTIPOLAR DEFLECTIVEL DE MAPEAMENTO ESPECIAL. CATETER PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO, FLEX 7 F OU 8F, CURVA EXTRA GRANDE C/ PONTA 3,5 MM A 4 MM, COM SENSOR DE LOCALIZAÇÃO, COM TECNOLOGIA MAGNÉTICA E  |        |         |   |              |               |

|    |   |        |         |   |               |               |
|----|---|--------|---------|---|---------------|---------------|
| 23 | <p>SENSOR DE CONTATO. COMPOSIÇÃO DE POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM E ACOMPANHADO DE EQUIPO. O SISTEMA DE MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO 3D DEVERÁ OPERAR COM BASE NA GERAÇÃO DE CAMPOS MAGNÉTICOS, OS QUAIS POSSIBILITAM A OBTENÇÃO DE IMAGENS TRIDIMENSIONAIS DA ANATOMIA CARDÍACA, A FIM DE GARANTIR A ESTABILIDADE DO SISTEMA E A QUALIDADE NA ENTREGA DOS RESULTADOS. ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E PERMITA A ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, E REGISTRO ANVISA/MS.</p> | 459918 | Unidade | 6 | R\$ 14.000,00 | R\$ 84.000,00 |
| 24 | <p>CONECTOR PARA CATETER MULTIPOLAR. CONECTOR PARA INTERFACE ENTRE GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E CATETER TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. ESTÉRIL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO, REGISTRO ANVISA/MS.</p>  | 482532 | Unidade | 6 | R\$ 4.200,00  | R\$ 25.200,00 |
| 25 | <p>INTRODUTOR LONGO PARA PUNÇÃO TRANSEPTAL COM DILATADOR, DE CALIBRE 9,5 FR OU 9,0FR, OU 8,5FR, OU 8,0 FR E APROXIMADAMENTE 63CM DE COMPRIMENTO; COM FIO GUIA; PARA MAPEAMENTO DO ANEL TRICÚSPIDE E PUNÇÃO TRANSEPTAL, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO E LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p>   | 439940 | Unidade | 6 | R\$ 1.474,20  | R\$ 8.845,20  |
|    |   |        |         |   |               |               |

|  |  |        |         |    |               |                       |
|--|--|--------|---------|----|---------------|-----------------------|
| 26   | INTRODUTOR TRANSEPTAL DEFLECTIVEL. REVESTIDO COM MALHA INTERNA; DE BAIXO PERFIL PARA ACESSO TRANSEPTAL, COM DEFLEXÃO DE CURVA BILATERAL; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 180 CM; CALIBRE 9,5 FR, 9,0 FR, 8,5 FR OU 8,0 FR; FIO GUIA; MARCADOR RADIOPACO; VÁLVULA HEMOSTÁTICA; ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.                                      | 439939 | Unidade | 6  | R\$ 4.666,67  | R\$ 28.000,00         |
| 27   | INTRODUTOR PARA SACO PERICÁRDICO. BAINHA GUIA DEFLECTIVEL BIDIRECIONAL 8,5 F COM CURVAS AJUSTÁVEIS. ACOMPANHA DILATADOR DE BAINHA E FIO GUIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO DE REFERÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO ANVISA/MS.   | 476734 | Unidade | 4  | R\$ 6.900,00  | R\$ 27.600,00         |
| <b>TOTAL</b>   |  |        |         |    |               | <b>R\$ 426.507,67</b> |
| <b>GRUPO 4 – ABLAÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL (Itens 28 ao 37)</b>   |  |        |         |    |               |                       |
| 1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, que serão disponibilizados pela CONTRATADA mediante agendamento prévio realizado com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Os técnicos responsáveis pelos atendimentos acompanharão os procedimentos conforme referido agendamento. |  |        |         |    |               |                       |
| 28   | CATETER DE ABLAÇÃO IRRIGADO BIDIRECIONAL COM SENSOR DE CONTATO. CATETER DE ABLAÇÃO, TERAPÊUTICO, QUADRIPOlar, 7 FR OU 8 FR, COM PELO MENOS 110 CM, CURVA DEFLECTIVEL, PONTA 3,5 MM OU 4 MM, IRRIGADO, COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. PARA USO COM GERADOR DE RADIO FREQUENCIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS. | 478304 | Unidade | 12 | R\$ 29.000,00 | R\$ 348.000,00        |
|  | CONECTOR PARA CATETER DE ABLAÇÃO. CABO   |        |         |    |               |                       |

|    |  |        |         |    |              |               |
|----|--|--------|---------|----|--------------|---------------|
| 29 | CONECTOR INTERFACE ENTRE O GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E O CATETER TERAPÊUTICO DE ELETROFISIOLOGIA QUADRIPOlar COM ELETRODO DISTAL DE 4MM, COM COMPRIMENTO ACEITÁVEL ACIMA DE 2,5 METROS. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, AUTOCLAVÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS. | 482532 | Unidade | 12 | R\$ 1.983,07 | R\$ 23.796,88 |
| 30 | EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO. EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO DE CATETER DE ELETROFISIOLOGIA TERAPÊUTICO IRRIGADO, EM PLÁSTICO/PVC, COMPOSTO POR SISTEMA DE IRRIGAÇÃO CONTINUA ABERTA COMPATÍVEL COM A BOMBA DE IRRIGAÇÃO, EM 02 VIAS, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM ABERREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE ATUAL.  | 610538 | Unidade | 12 | R\$ 1.259,58 | R\$ 15.115,00 |
| 31 | ELETRODOS DE SUPERFÍCIE PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. APLICAÇÃO 1: P/ SISTEMA DE MAPEAMENTO CARDÍACO ELETROANATÔMICO. MODELO: DE SUPERFÍCIE, REFERÊNCIA EXTERNA. TIPO: ADESIVO. ACESSÓRIO: C/ CABO COMPATÍVEL C/ EQUIPAMENTO. ESTERILIDADE: USO ÚNICO. APRESENTAÇÃO: CONJUNTO CERCA DE 6 ELETRODOS. EMBALAGEM UNITÁRIA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, REFERÊNCIA, LOTE E ANVISA/MS.    | 620705 | Unidade | 12 | R\$ 4.268,16 | R\$ 51.217,92 |
| 32 | CATETER DUODECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. CATETER PARA ELETROFISIOLOGIA DUODECAPOLAR DIAGNÓSTICO DEFLECTIVEL, COM ESPAÇAMENTO VARIÁVEL, MEDINDO 7,5FR, OU 7 FR, OU 6,5F, OU 6FR, COM 115CM DE COMPRIMENTO APROXIMADO, ESTÉRIL,  | 459942 | Unidade | 12 | R\$ 7.100,00 | R\$ 85.200,00 |

|    |   |        |         |    |               |                |
|----|---|--------|---------|----|---------------|----------------|
|    | EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.  |        |         |    |               |                |
| 33 | CONECTOR PARA CATETER DUODECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DUODECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO. REGISTO ANVISA/MS.   | 618348 | Unidade | 12 | R\$ 3.200,00  | R\$ 38.400,00  |
| 34 | CATÉTER MULTIPOLAR DEFLECTIVEL DE MAPEAMENTO ESPECIAL. CATETER PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO, FLEX 7 F OU 8F, CURVA EXTRA GRANDE C/ PONTA 3,5 MM A 4 MM, COM SENSOR DE LOCALIZAÇÃO, COM TECNOLOGIA MAGNÉTICA E SENSOR DE CONTATO. COMPOSIÇÃO DE POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIDIUM E ACOMPANHADO DE EQUIPO. O SISTEMA DE MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO 3D DEVERÁ OPERAR COM BASE NA GERAÇÃO DE CAMPOS MAGNÉTICOS, OS QUAIS POSSIBILITAM A OBTENÇÃO DE IMAGENS TRIDIMENSIONAIS DA ANATOMIA CARDÍACA, A FIM DE GARANTIR A ESTABILIDADE DO SISTEMA E A QUALIDADE NA ENTREGA DOS RESULTADOS. ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E PERMITA A ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE | 459918 | Unidade | 12 | R\$ 15.000,67 | R\$ 180.008,00 |

|   |   |        |         |    |              |                       |
|---|---|--------|---------|----|--------------|-----------------------|
|   | LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, E REGISTRO ANVISA/MS.  |        |         |    |              |                       |
| 35  | CONECTOR PARA CATETER MULTIPOLAR. CONECTOR PARA INTERFACE ENTRE GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E CATETER TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. ESTÉRIL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO, REGISTRO ANVISA/MS.   | 482532 | Unidade | 12 | R\$ 6.400,00 | R\$ 76.800,00         |
| 36  | CONECTOR PARA CATETER MULTIPOLAR. CONECTOR PARA INTERFACE ENTRE GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E CATETER TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. ESTÉRIL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO, REGISTRO ANVISA/MS.   | 439940 | Unidade | 12 | R\$ 1.680,00 | R\$ 20.160,00         |
| 37  | INTRODUTOR TRANSEPTAL DEFLECTIVEL. REVESTIDO COM MALHA INTERNA; DE BAIXO PERFIL PARA ACESSO TRANSEPTAL, COM DEFLEXÃO DE CURVA BILATERAL; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 180 CM; CALIBRE 9,5 FR, 9,0 FR, 8,5 FR OU 8,0 FR; FIO GUIA; MARCADOR RADIOPACO; VÁLVULA HEMOSTÁTICA; ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. | 439939 | Unidade | 12 | R\$ 4.531,31 | R\$ 54.375,76         |
| <b>TOTAL</b>  |   |        |         |    |              | <b>R\$ 893.073,56</b> |
| <b>GRUPO 5 – ABLAÇÃO DE FLUTTER ATRIAL TÍPICO (Itens 38 a 42)</b><br>1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, que serão disponibilizados pela CONTRATADA mediante agendamento prévio realizado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Os técnicos responsáveis pelos atendimentos acompanharão os procedimentos conforme referido agendamento. |   |        |         |    |              |                       |

|    |  |        |         |   |              |               |
|----|--|--------|---------|---|--------------|---------------|
| 38 | CATETER DE ABLAÇÃO IRRIGADO BIDIRECIONAL. CATETER DE ABLAÇÃO, TERAPÊUTICO, QUADRIPOlar, 7 FR OU 8 FR, COM PELO MENOS 110 CM, CURVA DEFLECTIVEL, PONTA 3,5 MM OU 4 MM, IRRIGADO, COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. PARA USO COM GERADOR DE RADIO FREQUENCIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS. | 459915 | Unidade | 6 | R\$ 8.662,39 | R\$ 51.974,32 |
| 39 | CONECTOR PARA CATETER DE ABLAÇÃO. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E O CATETER TERAPÊUTICO DE ELETROFISIOLOGIA QUADRIPOlar COM ELETRODO DISTAL DE 4MM, COM COMPRIMENTO ACEITÁVEL ACIMA DE 2,5 METROS. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, AUTOCLAVÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.                        | 438332 | Unidade | 6 | R\$ 3.300,00 | R\$ 19.980,00 |
| 40 | EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO. EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO DE CATETER DE ELETROFISIOLOGIA TERAPÊUTICO IRRIGADO, EM PLÁSTICO/PVC, COMPOSTO POR SISTEMA DE IRRIGAÇÃO CONTINUA ABERTA COMPATÍVEL COM A BOMBA DE IRRIGAÇÃO, EM 02 VIAS, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM ABERREIRA MICROBIANA, A APARESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE ATUAL.   | 610538 | Unidade | 6 | R\$ 822,00   | R\$ 4.932,00  |
|    | CATETER DUODECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. CATETER PARA ELETROFISIOLOGIA DUODECAPOLAR DIAGNÓSTICO DEFLECTIVEL,   |        |         |   |              |               |

|   |   |        |         |   |              |                       |
|---|---|--------|---------|---|--------------|-----------------------|
| 41  | COM ESPAÇAMENTO VARIÁVEL, MEDINDO 7,5FR, OU 7 FR, OU 6,5F, OU 6FR, COM 115CM DE COMPRIMENTO APROXIMADO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.   | 459942 | Unidade | 6 | R\$ 6.500,00 | R\$ 39.000,00         |
| 42  | CONECTOR PARA CATETER DUODECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DUODECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO. REGISTO ANVISA/MS. | 618348 | Unidade | 6 | R\$ 1.500,00 | R\$ 9.000,00          |
| <b>TOTAL</b>  |   |        |         |   |              | <b>R\$ 124.886,32</b> |
| <b>GRUPO 6 - ABLAÇÃO DA JUNÇÃO ATRIOVENTRICULAR (NÓ AV) (Itens 43 a 52)</b><br>1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, que serão disponibilizados pela CONTRATADA mediante agendamento prévio realizado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Os técnicos responsáveis pelos atendimentos acompanharão os procedimentos conforme referido agendamento. |   |        |         |   |              |                       |
| 43  | CATETER DE ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA BIDIRECIONAL. MATERIAL: POLÍMERO RADIOPACO. MODELO: QUADRIPOlar. TIPO CURVA: AJUSTÁVEL. TAMANHO PONTA: CERCA DE 4 MM. DIÂMETRO CATETER: CERCA DE 7 FRENCH. COMPRIMENTO: CERCA DE 110 CM. ADICIONAIS: C/ MANOPLA. OPCIONAIS: SENSOR DE TEMPERATURA. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO. COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL C/ GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA.                                      | 459915 | Unidade | 4 | R\$ 8.262,39 | R\$ 33.049,55         |
|   | CONECTOR PARA CATETER DE ABLAÇÃO. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E O CATETER TERAPÊUTICO DE ELETROFISIOLOGIA QUADRIPOlar COM ELETRODO DISTAL DE 4MM, COM COMPRIMENTO  |        |         |   |              |                       |

|    |   |        |         |   |              |               |
|----|---|--------|---------|---|--------------|---------------|
| 44 | ACEITÁVEL ACIMA DE 2,5 METROS. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, AUTOCLAVÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.  | 482532 | Unidade | 4 | R\$ 3.216,67 | R\$ 12.866,67 |
| 45 | CATETER DECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, TIPO SEIO CORONÁRIO, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.   | 459939 | Unidade | 4 | R\$ 5.166,67 | R\$ 20.666,67 |
| 46 | CONECTOR PARA CATETER DECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERELIZAÇÃO. REGISTO ANVISA/MS. | 618348 | Unidade | 4 | R\$ 1.747,67 | R\$ 6.990,67  |
| 47 | CATETER QUADRIPOlar DEFLECTIVEL. 6 OU 7 FR, TIPO SEIO CORONÁRIO, 110 CM (+ OU - 10 %) DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.  | 459915 | Unidade | 4 | R\$ 4.200,00 | R\$ 16.800,00 |
|    | CONECTOR PARA CATETER QUADRIPOlar. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O  |        |         |   |              |               |

|    |  |        |         |   |              |               |
|----|--|--------|---------|---|--------------|---------------|
| 48 | CATETER DIAGNÓSTICO QUADRIPOlar COM CURVA DEFLECTIVEL COM APROXIMADAMENTE 2,5M DE COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.  | 618348 | Unidade | 4 | R\$ 1.747,67 | R\$ 6.990,67  |
| 49 | INTRODUTOR TRANSEPTAL CONVENCIONAL. INTRODUTOR LONGO PARA PUNÇÃO TRANSEPTAL COM DILATADOR, DE CALIBRE 8,0 FR, 8,5 FR, 9,0 FR OU 9,5 FR E APROXIMADAMENTE 63CM DE COMPRIMENTO; COM FIO GUIA; PARA MAPEAMENTO DO ANEL TRICÚSPIDE E PUNÇÃO TRANSEPTAL, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO E LEGISLAÇÃO VIGENTE. | 439940 | Unidade | 4 | R\$ 2.525,00 | R\$ 10.100,00 |
| 50 | CATÉTER DE ABLAÇÃO BIDIRECIONAL IRRIGADO. CATETER QUADRIPOlar TERAPÊUTICO DE ABLAÇÃO IRRIGADO PARA ELETROFISIOLOGIA, DE DEFLEXÃO BIDIRECIONAL, COM PONTA DE 3,5 MM A 4 MM, COMPATÍVEL COM SISTEMA DE MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO, MALEÁVEL, E NÃO RÍGIDO, MEDINDO 7 A 8 FR DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DE 110 A 115 CM APROXIMADAMENTE, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.                     | 459915 | Unidade | 4 | R\$ 9.329,05 | R\$ 37.316,21 |
|    | EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO. EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO DE CATETER DE ELETROFISIOLOGIA TERAPÊUTICO IRRIGADO, EM PLÁSTICO/PVC, COMPOSTO  |        |         |   |              |               |

|   |  |        |         |   |               |                       |
|---|--|--------|---------|---|---------------|-----------------------|
| 51  | POR SISTEMA DE IRRIGAÇÃO CONTINUA ABERTA COMPATÍVEL COM A BOMBA DE IRRIGAÇÃO, EM 02 VIAS, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM ABERREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE ATUAL.  | 610538 | Unidade | 4 | R\$ 822,00    | R\$ 3.288,00          |
| 52  | INTRODUTOR TRANSEPTAL DEFLECTIVEL. REVESTIDO COM MALHA INTERNA; DE BAIXO PERFIL PARA ACESSO TRANSEPTAL, COM DEFLEXÃO DE CURVA BILATERAL; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 180 CM; CALIBRE 9,5 FR, 9,0 FR, 8,5 FR OU 8,0 FR; FIO GUIA; MARCADOR RADIOPACO; VÁLVULA HEMOSTÁTICA; ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.                                      | 439939 | Unidade | 4 | R\$ 3.963,33  | R\$ 15.853,33         |
| <b>TOTAL</b>  |  |        |         |   |               | <b>R\$ 151.055,10</b> |
| <b>GRUPO 7 – CARDIONEUROABLAÇÃO (Itens 53 a 62)</b><br>1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, que serão disponibilizados pela CONTRATADA mediante agendamento prévio realizado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Os técnicos responsáveis pelos atendimentos acompanharão os procedimentos conforme referido agendamento. |  |        |         |   |               |                       |
| 53  | CATÉTER DE ABLAÇÃO IRRIGADO BIDIRECIONAL COM SENSOR DE CONTATO. CATETER DE ABLAÇÃO, TERAPÊUTICO, QUADRIPOLAR, 7 FR OU 8 FR, COM PELO MENOS 110 CM, CURVA DEFLECTIVEL, PONTA 3,5 MM OU 4 MM, IRRIGADO, COMPOSIÇÃO POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM. PARA USO COM GERADOR DE RADIO FREQUENCIA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS. | 459915 | Unidade | 3 | R\$ 20.000,00 | R\$ 60.000,00         |
|   | CONECTOR PARA CATETER DE ABLAÇÃO. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E O CATETER TERAPÊUTICO DE  |        |         |   |               |                       |

|    |   |        |         |   |              |               |
|----|---|--------|---------|---|--------------|---------------|
| 54 | ELETROFISIOLOGIA QUADRIPOlar COM ELETRODO DISTAL DE 4MM, COM COMPRIMENTO ACEITÁVEL ACIMA DE 2,5 METROS. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, AUTOCLAVÁVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NA ANVISA/MS.   | 482532 | Unidade | 3 | R\$ 3.854,59 | R\$ 11.563,78 |
| 55 | EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO. EQUIPO PARA IRRIGAÇÃO DE CATETER DE ELETROFISIOLOGIA TERAPÊUTICO IRRIGADO, EM PLÁSTICO/PVC, COMPOSTO POR SISTEMA DE IRRIGAÇÃO CONTINUA ABERTA COMPATÍVEL COM A BOMBA DE IRRIGAÇÃO, EM 02 VIAS, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM ABERREIRA MICROBIANA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE ATUAL.   | 610538 | Unidade | 3 | R\$ 822,00   | R\$ 2.466,00  |
| 56 | ELETRODOS DE SUPERFÍCIE PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. APLICAÇÃO 1: P/ SISTEMA DE MAPEAMENTO CARDÍACO ELETROANATÔMICO. MODELO: DE SUPERFÍCIE, REFERÊNCIA EXTERNA. TIPO: ADESIVO. ACESSÓRIO: C/ CABO COMPATÍVEL C/ EQUIPAMENTO. ESTERILIDADE: USO ÚNICO. APRESENTAÇÃO: CONJUNTO CERCA DE 6 ELETRODOS. EMBALAGEM UNITÁRIA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, REFERÊNCIA, LOTE E ANVISA/MS. | 620705 | Unidade | 3 | R\$ 6.113,99 | R\$ 18.341,96 |
| 57 | CATETER DUODECAPOLAR LINEAR DEFLECTIVEL. CATETER PARA ELETROFISIOLOGIA DUODECAPOLAR DIAGNÓSTICO DEFLECTIVEL, COM ESPAÇAMENTO VARIÁVEL, MEDINDO 7,5FR, OU 7 FR, OU 6,5F, OU 6FR, COM 115CM DE COMPRIMENTO APROXIMADO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, A  | 459942 | Unidade | 3 | R\$ 6.500,00 | R\$ 19.500,00 |

|    |   |        |         |   |               |               |
|----|---|--------|---------|---|---------------|---------------|
|    | APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.   |        |         |   |               |               |
| 58 | CONECTOR PARA CATETER DUODECAPOLAR. CABO CONECTOR INTERFACE ENTRE O POLÍGRAFO E O CATETER DIAGNÓSTICO DUODECAPOLAR COM CURVA DEFLECTIVEL, COM APROXIMADAMENTE 2,5M de COMPRIMENTO. ESTÉRIL. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO O NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO. REGISTO ANVISA/MS.   | 618348 | Unidade | 3 | R\$ 2.014,59  | R\$ 6.043,78  |
| 59 | CATETER MULTIPOLAR DEFLECTIVEL DE MAPEAMENTO ESPECIAL. CATETER PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO, FLEX 7 F OU 8F, CURVA EXTRA GRANDE C/ PONTA 3,5 MM A 4 MM, COM SENSOR DE LOCALIZAÇÃO, COM TECNOLOGIA MAGNÉTICA E SENSOR DE CONTATO. COMPOSIÇÃO DE POLIURETANO, AÇO-INOX LIGA PLATINA E IRIIDIUM E ACOMPANHADO DE EQUIPO. O SISTEMA DE MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO 3D DEVERÁ OPERAR COM BASE NA GERAÇÃO DE CAMPOS MAGNÉTICOS, OS QUAIS POSSIBILITAM A OBTENÇÃO DE IMAGENS TRIDIMENSIONAIS DA ANATOMIA CARDÍACA, A FIM DE GARANTIR A ESTABILIDADE DO SISTEMA E A QUALIDADE NA ENTREGA DOS RESULTADOS. ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E PERMITA A ABERTURA ASSÉPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, E REGISTRO ANVISA/MS. | 459918 | Unidade | 3 | R\$ 15.000,67 | R\$ 45.002,00 |
|    | CONECTOR PARA CATETER MULTIPOLAR. CONECTOR  |        |         |   |               |               |

|  |  |        |         |   |              |                       |
|--|--|--------|---------|---|--------------|-----------------------|
| 60   | PARA INTERFACE ENTRE GERADOR DE RADIOFREQUÊNCIA E CATETER TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO TERAPÊUTICO PARA MAPEAMENTO ELETROANATÔMICO. ESTÉRIL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA, PRAZO DE VALIDADE E ESTERILIZAÇÃO, REGISTRO ANVISA/MS.   | 482532 | Unidade | 3 | R\$ 4.400,00 | R\$ 13.200,00         |
| 61   | INTRODUTOR LONGO PARA PUNÇÃO TRANSEPTAL COM DILATADOR, DE CALIBRE 9,5 FR OU 9,0FR, OU 8,5FR, OU 8,0 FR E APROXIMADAMENTE 63CM DE COMPRIMENTO; COM FIO GUIA; PARA MAPEAMENTO DO ANEL TRICÚSPIDE E PUNÇÃO TRANSEPTAL, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO E LEGISLAÇÃO VIGENTE. | 439940 | Unidade | 3 | R\$ 1.487,40 | R\$ 4.462,20          |
| 62   | INTRODUTOR TRANSEPTAL DEFLECTIVEL. REVESTIDO COM MALHA INTERNA; DE BAIXO PERFIL PARA ACESSO TRANSEPTAL, COM DEFLEXÃO DE CURVA BILATERAL; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 180 CM; CALIBRE 9,5 FR, 9,0 FR, 8,5 FR OU 8,0 FR; FIO GUIA; MARCADOR RADIOPACO; VÁLVULA HEMOSTÁTICA; ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.      | 439939 | Unidade | 3 | R\$ 3.769,33 | R\$ 11.308,00         |
| <b>TOTAL</b>   |  |        |         |   |              | <b>R\$ 191.887,72</b> |
| <b>GRUPO 8 - EXTRAÇÃO MECÂNICA ROTACIONAL DE ELETRODOS (Itens 63 a 67)</b> |  |        |         |   |              |                       |
|  | GUIA DE TRAVAMENTO PARA ELETRODOS FRATURADOS, SEM LÚMEN OU DE CDI. COMPONENTES: EXTENSOR. APLICAÇÃO*: P/ EXTRAÇÃO PERCUTÂNEA ELETRODO  |        |         |   |              |                       |

|   |   |        |         |                |               |                |
|---|---|--------|---------|----------------|---------------|----------------|
| 63  | CARDÍACO. MATERIAL: METÁLICO. TAMANHO: COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 70 CM. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.  | 479224 | Unidade | 12             | R\$ 13.380,00 | R\$ 160.560,00 |
| 64  | SISTEMA ROTACIONAL MECÂNICO. BAINHA EXTRATORA LONGA. APLICAÇÃO*: P/ EXTRAÇÃO PERCUTÂNEA ELETRODO CARDÍACO. MATERIAL: METÁLICO. COMPONENTE 1: MECÂNICO, C/ MANOPLA EM POLÍMERO. COMPONENTE 2: DILATADOR C/ LÂMINA ROTACIONAL. TAMANHO: COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 40 CM. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. | 479229 | Unidade | 8              | R\$ 20.566,67 | R\$ 164.533,33 |
| 65  | SISTEMA ROTACIONAL MECÂNICO. BAINHA EXTRATORA CURTA. APLICAÇÃO*: P/ EXTRAÇÃO PERCUTÂNEA ELETRODO CARDÍACO. MATERIAL: METÁLICO. COMPONENTE 1: MECÂNICO, C/ MANOPLA EM POLÍMERO. COMPONENTE 2: DILATADOR C/ LÂMINA ROTACIONAL. TAMANHO: COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 15 CM                                      | 479228 | Unidade | 8              | R\$ 21.233,33 | R\$ 169.866,67 |
| 66  | CATETER LAÇO FEMORAL DE EXTRAÇÃO. APLICAÇÃO*: P/ EXTRAÇÃO PERCUTÂNEA ELETRODO CARDÍACO. MATERIAL: METÁLICO. COMPONENTE 1: EXTRATOR TIPO ALÇA. TIPO 1: VIA FEMORAL. ADICIONAIS: CONJUNTO INTRODUTOR COMPLETO. TAMANHO: COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 95 CM. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.                 | 479227 | Unidade | 12             | R\$ 16.700,00 | R\$ 200.400,00 |
| 67  | GUIA DE TRAVAMENTO DE ELETRODO. APLICAÇÃO*: P/ EXTRAÇÃO PERCUTÂNEA ELETRODO CARDÍACO. MATERIAL: METÁLICO. COMPONENTE 1: FIO GUIA C/ PONTA DISTAL EXTRATORA. TIPO 1: VIA SUBCLÁVIA. ADICIONAIS: CONJUNTO INTRODUTOR COMPLETO TAMANHO: COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 140 CM. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. | 479226 | Unidade | 12             | R\$ 10.100,00 | R\$ 121.200,00 |
| TOTAL   |   |        |         | R\$ 816.560,00 |               |                |
| Itens Avulsos   |   |        |         |                |               |                |
| A CONTRATADA do item 74 deverá fornecer aparelho de Ultrassom compatível, mediante agendamento prévio realizado com |   |        |         |                |               |                |

no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

|    |   |        |         |    |              |               |
|----|---|--------|---------|----|--------------|---------------|
| 68 | TORNEIRINHA. MODELO: MANIFOLD COM 3 TORNEIRAS, VIAS: 5 VIAS, MATERIAL: POLÍMERO, TIPO CONECTOR: LUER LOCK, SLIP, PRESSÃO MÁXIMA: ALTA PRESSÃO ATÉ 1200 PSI, TIPO USO: ESTÉRIL, USO ÚNICO.   | 457493 | Unidade | 12 | R\$ 1,19     | R\$ 14,28     |
| 69 | FIO GUIA COM APLICAÇÃO VASCULAR. APLICAÇÃO: VASCULAR. MATERIAL: NITINOL. REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO. DIÂMETRO: 0,035". COMPRIMENTO: A PARTIR DE 150 CM. TIPO PONTA: PONTA EM "J". CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO. ESTERILIDADE: ESTÉRIL.  | 452216 | Unidade | 80 | R\$ 195,00   | R\$ 15.600,00 |
| 70 | CONTRASTE NÃO-IÔNICO DE 300 A 320MG/ML DE IODO. FRASCO/AMPOLA COM 50ML. TIPO: NÃO IÔNICO. FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL.  | 443579 | Unidade | 80 | R\$ 181,67   | R\$ 14.533,60 |
| 71 | CONJUNTO DE DRENAGEM PERICÁRDICA. CONJUNTO DRENAGEM PERICÁRDICA (PERICARDIOCENTESE). APLICAÇÃO: PERCUTÂNEA, COMPONENTE: CATETER POLÍMERO PONTA PIGTAIL DIMENSÕES: CERCA DE 8 FR X 40 CM ADICIONAIS: MARCAS RADIOPACAS. OPCIONAIS: COM SISTEMA INTRODUTOR ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.  | 620519 | Unidade | 12 | R\$ 426,33   | R\$ 5.116,00  |
| 72 | LAÇO DE CAPTURA DE CORPO ESTRANHO. LAÇO DE CAPTURA. APLICAÇÃO: RETIRADA CORPO ESTRANHO. MATERIAL: PLATINA. USO: USO C/ CATETER 5FR, 105CM E FIO GUIA 0,038". DIÂMETRO 2 A 30. COMPRIMENTO 125CM. TIPO: LAÇO DUPLO, VERTICAL E HORIZONTAL. ACESSÓRIOS: C/ ROTOR. CARACTERÍSTICAS: RADIOPACO, BAIXO PERFIL. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO. | 427450 | Unidade | 12 | R\$ 2.600,00 | R\$ 31.200,00 |
| 73 | CONJUNTO PARA IMPLANTE DE MARCAPASSO TEMPORÁRIO. COMPOSIÇÃO: INTRODUTOR PERCUTÂNEO POLIURETANO, CERCA DE 6FR X 110CM, COMPONENTES VÁLVULA HEMOSTASE, EXTENSOR LATERAL ALTO FLUXO, OUTROS COMPONENTES ARO  | 601058 | Unidade | 12 | R\$ 1.229,33 | R\$ 14.752,00 |

|    |   |        |         |    |               |                |
|----|---|--------|---------|----|---------------|----------------|
|    | FIXAÇÃO, DILATADOR COM AGULHA, OBTURADOR, COMPONENTES ADICIONAIS FIO GUIA GRADUADO EM 'J', CAMISA PROTEÇÃO, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, RADIOPACO, COMPATIBILIDADE ELETRODO MARCAPASSO 5FR X 110CM CENTIMETRADO.  |        |         |    |               |                |
| 74 | <p>SONDA DE ECOCARDIOGRAFIA INTRA-CARDÍACA. TIPO DE CATETER: DIAGNÓSTICO. TIPO USO: ULTRASSOM INTRACARDÍACO 3D. TIPO MATERIAL: POLIAMIDA. CALIBRE EXTERNO: CERCA DE 10 FRENCH. COMPRIMENTO: 90 CM. COMPONENTE: TRANSDUTOR VARIA DE 5,5 A 10MHZ. COMPONENTE I: C/ 2 SAIDAS P/ CONEXÃO SISTEMA INTERFACE. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.</p> <p>A CONTRATADA deverá fornecer aparelho de Ultrassom compatível, mediante agendamento prévio realizado com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.</p> | 424112 | Unidade | 20 | R\$ 17.000,00 | R\$ 340.000,00 |
| 75 | <p>INTRODUTOR VASCULAR 8 FR. COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR 8 FR. COMPONENTE 2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA MULTIVIAS. MATERIAL: POLÍMERO. DIMENSÕES: CERCA DE 8 FR X 12 CM. COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA EM "J". DIÂMETRO FIO GUIA: 0,038". COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM. ACESSÓRIOS: C/ AGULHA DE PUNÇÃO. ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO.</p>   | 448138 | Unidade | 90 | R\$ 205,00    | R\$ 18.450,00  |
| 76 | <p>INTRODUTOR VASCULAR 9 FR. COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR. COMPONENTE 2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA MULTIVIAS. MATERIAL: POLÍMERO. DIMENSÕES: CERCA DE 9 FR X 11 CM. COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA EM "J". DIÂMETRO FIO GUIA: 0,035". COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM. ACESSÓRIOS: C/ AGULHA DE PUNÇÃO. ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO.</p>  | 482942 | Unidade | 60 | R\$ 165,67    | R\$ 9.940,00   |
|    | INTRODUTOR VASCULAR 11 FR. TIPO: ARTERIAL/VENOSO.   |        |         |    |               |                |

|              |  |        |         |    |              |                       |
|--------------|--|--------|---------|----|--------------|-----------------------|
| 77           | COMPONENTE 1: BAINHA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR. COMPONENTE 2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA. MATERIAL: POLÍMERO. DIMENSÕES: CERCA DE 11 FR X 12 CM. COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA EM "J". COM AGULHA P/ PUNÇÃO. DIÂMETRO FIO GUIA: 0,025". COMPRIMENTO FIO GUIA: ATÉ 45 CM. ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO.  | 439313 | Unidade | 60 | R\$ 205,00   | R\$ 12.300,00         |
| 78           | AGULHA DE BROCKENBROUGH PARA PUNÇÃO SEPTAL. AGULHA TRANSEPTAL DE BROCKENBROUGH EM AÇO INOXIDÁVEL, COM PONTA ANGULADA DE APROXIMADAMENTE 86° GRAUS, 18GA E 71 CM DE COMPRIMENTO E FIO GUIA METÁLICO, EMBALADO EM MATERIAL APROPRIADO COM BARREIRA MICROBIANA QUE PERMITA A TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. | 439939 | Unidade | 80 | R\$ 3.013,21 | R\$ 241.057,07        |
| 79           | DISPOSITIVO DE FECHAMENTO ARTERIAL E VENOSO. MATERIAL: FIOS DE SUTURA - POLIPROPILENO MONOFILAMENTO COMPONENTE 1: BAINHA INTRODUTORA, FIO GUIA APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.   | 446085 | Unidade | 80 | R\$ 2.333,33 | R\$ 186.666,67        |
| <b>TOTAL</b> |  |        |         |    |              | <b>R\$ 889.629,62</b> |

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do(a) contados do(a) da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem as descrições do Termo de Referência.
- 1.6. Seguindo orientação contida no Manual de Tecnovigilância (2010) da ANVISA, que orienta que seja evitada a utilização de materiais de diferentes composições químicas e que utilização de materiais de um mesmo fabricante no procedimento cirúrgico favorece a rastreabilidade, alguns itens foram organizados em grupos, prevenindo assim potenciais danos aos pacientes em decorrência da divergência de medidas e da incompatibilidade química entre os produtos de diferentes fabricantes.

1.6.1 Haja vista o disposto no subitem anterior, e em conformidade com o disposto no inciso II do Artigo 10 Decreto nº 8.538/2015, não será realizada a reserva de cotas para ME/EPP de que trata o inciso II do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

1.6.2. Afastada a participação exclusiva de ME e EPP em razão do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, considerado os materiais classificados como OPME para atendimento da Clínica de Cardiologia e condições de fornecimento de equipamento em caráter de comodato.

#### 1.7. Condições de Fornecimento de Instrumentais Cirúrgicos em Regime de Consignação e Comodato:

1.7.1. As licitantes deverão disponibilizar, em regime de comodato, quando tecnicamente necessário, os equipamentos essenciais ao uso dos materiais consignados, conforme descrito na tabela 1.1. deste Termo, assegurando sua plena operacionalidade durante o procedimento cirúrgico. A cessão ocorrerá a título gratuito, vedado o repasse de custos do comodato para os preços dos insumos, nos termos das orientações da CJU. Entre os equipamentos a serem cedidos em comodato, conforme a necessidade individual de cada item da Tabela 1.1, inclui-se, exemplificativamente:

1.7.1.1. 1 equipamento de mapeamento eletroanatômico, radiofrequência, polígrafo, ultrassonografia, um ultrassom para os itens avulsos, bem como, disponibilizar o técnico em tempo integral.

1.7.1.2. A indicação definitiva constará da Tabela 1.1, com justificativa técnica e individualizada para cada equipamento.

1.7.1.3. Ocorrendo pane ou falha que impeça o funcionamento adequado do equipamento cedido em comodato, caberá à Contratada realizar imediatamente todos os reparos necessários, bem como substituir o equipamento, sempre sem qualquer ônus para a Administração. Eventuais prejuízos decorrentes da interrupção do procedimento cirúrgico serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, quando configurados.

1.7.1.4. O equipamento cedido em comodato deverá ser utilizado exclusivamente para procedimentos que envolvam os insumos fornecidos pela própria licitante. A Contratada será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva, pelo fornecimento de peças, ajustes e substituições necessárias, sempre sem repasse de custos ao órgão público.

1.7.1.5. A licitante deverá apresentar, na proposta, declaração expressa de gratuidade do comodato, atestando que nenhum custo referente ao equipamento foi incorporado ao preço dos insumos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, cumprindo diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal e o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.1.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.4. Deverão ser observados os requisitos ambientais exigidos para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis.

4.1.5 A Contratada deverá observar o disposto no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do órgão contratante, bem como a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Resolução CONAMA nº 358/2005, no que se refere ao manejo, coleta e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde.

### 4.2. Requisitos de Sustentabilidade e Ambientais:

4.2.1. Os bens deverão ser constituídos, total ou parcialmente, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e NBR 15448-2.

4.2.2. Deverão ser observados os requisitos ambientais para certificação INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental.

4.2.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2.4. Os produtos não poderão conter substâncias perigosas acima dos limites definidos na Diretiva RoHS (Hg, Pb, Cd, Cr(VI), PBBs, PBDEs).

4.2.5. A utilização, armazenamento, coleta, transporte e descarte dos resíduos gerados deverão seguir o PGRSS do órgão, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e normas sanitárias vigentes.

4.2.6. O tratamento e destinação final dos resíduos de saúde deverão obedecer à Resolução CONAMA nº 222/2018 e à RDC ANVISA nº 306/2004.

4.2.7. O armazenamento de resíduos sólidos perigosos deverá observar a ABNT NBR 12235.

4.2.8. A coleta interna e externa de resíduos de saúde deverá atender à ABNT NBR 12810 e, quanto aos coletores, à ABNT NBR 14652.

4.2.9. O acondicionamento dos resíduos deverá seguir a ABNT NBR 7500.

4.2.10. Estações de transferência de resíduos devem possuir licença ambiental vigente e manter o acondicionamento original.

4.2.11. Deverá ser observada a proteção à saúde e segurança dos trabalhadores conforme NR-32 e normas correlatas da ABNT.

4.2.12. Deverá ser respeitado o disposto nos arts. 170 e 225 da Constituição Federal, especialmente quanto à defesa do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

### **4.3. Requisitos Regulatórios e Sanitários**

4.3.1. Os materiais e equipamentos deverão atender integralmente à legislação sanitária, técnica e regulatória vigente.

4.3.2. Somente serão admitidos produtos previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013.

4.3.3. Os produtos deverão estar em conformidade com a RDC nº 751/2022, apresentando, quando aplicável, Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF).

4.3.4. Para produtos abrangidos pela RDC nº 497/2021, será obrigatória a apresentação de CBPF.

4.3.5. Serão aceitos somente equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais, fisioterápicos ou estéticos que cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e apresentem o Selo INMETRO, conforme Portaria INMETRO nº 384/2020.

4.3.6. Para equipamentos abrangidos pela RDC ANVISA nº 549/2021, o selo INMETRO é compulsório.

4.3.7. Para certificações voluntárias, a Administração poderá exigir atendimento aos requisitos técnicos do INMETRO, mesmo sem certificação formal.

4.3.8. A embalagem individual de cada item deverá conter nome do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme normas sanitárias.

4.3.9. As exigências de fabricação e controle por linha de produção deverão observar a RDC nº 16/2013.

4.3.10. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

4.3.10.1 Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA; se for o caso

4.3.10.2. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

4.3.11. As OPME deverão estar registradas na ANVISA, válidas e com indicação de uso registrada em bula.

4.3.12. A contratada deverá capacitar, sem ônus, a equipe de saúde para uso das OPME, quando aplicável.

#### **4.4. Obrigações Relacionadas aos Bens, Materiais e Equipamentos**

4.4.1. Os bens e equipamentos deverão possuir garantia mínima de 01 (um) ano, ou conforme o prazo superior ofertado pelo fabricante.

4.4.2. Quando aplicável, a Licitante vencedora deverá providenciar a consignação dos materiais no dia do procedimento cirúrgico, bem como realizar a substituição imediata em caso de falha, sem ônus para a Administração.

4.4.3. As Licitantes vencedoras deverão disponibilizar, em consignação e sem ônus, os instrumentais cirúrgicos necessários ao uso dos itens, conforme especificado na Tabela 1.1 deste termo de referência.

4.4.4. Os equipamentos fornecidos em comodato deverão estar em pleno funcionamento, cabendo à Contratada realizar toda a manutenção preventiva e corretiva, além de promover a substituição imediata em caso de pane, sem ônus para o HMASP.

4.4.6. Em caso de perda, avaria ou destruição de equipamento cedido em comodato causada pelo HMASP, será instaurada sindicância para apuração dos fatos, e eventual ressarcimento ocorrerá pelo valor de mercado do bem.

4.4.9. Os danos causados por representantes da Contratada serão de inteira responsabilidade da empresa, inclusive quanto ao ressarcimento de prejuízos eventualmente causados ao patrimônio público.

4.4.10. O comodato será por demanda, mediante disponibilização do equipamento exclusivamente com agendamento prévio, pelo período estritamente necessário à realização de procedimento médico, ambulatorial ou cirúrgico, sem ônus para a Administração.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.7. Não haverá reserva de cota para ME/EPP, nos termos:

- a) art. 48, §1º, da LC nº 123/2006;
- b) art. 10, II, do Decreto nº 8.538/2015;
- c) complexidade e indivisibilidade dos itens;
- d) fornecimento em comodato;
- e) risco de incompatibilidades técnicas (Manual de Tecnovigilância/ANVISA).

#### **Margem de Preferência:**

4.8. Os materiais de OPME de Eletrofisiologia não estão contemplados nas resoluções da CICS que definem produtos beneficiados pelo Decreto nº 11.890/2024, não havendo, portanto, base normativa para aplicação de margem de preferência normal ou adicional. Ademais, tratam-se de bens com ampla oferta no mercado, cuja seleção deve priorizar critérios técnicos e sanitários. Sendo assim se aplica margem de preferência nesta contratação, em observância aos princípios da isonomia e economicidade.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo para entrega dos bens destinados a procedimentos eletivos é de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da cirurgia. Para procedimentos de urgência ou emergência, o prazo de entrega é de até 4 horas, conforme estabelecido no Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (2016), do Ministério da Saúde.

5.1.1. As entregas serão realizadas conforme a demanda deste hospital, atendendo às necessidades de materiais para os procedimentos cirúrgicos. No entanto, não é possível prever com exatidão o volume e as datas dessas demandas podendo variar ao longo do tempo, sendo influenciada por fatores como ciclos sazonais, imprevistos ou outras situações que alterem o fluxo dos materiais requeridos. Em razão disso, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), a fim de proporcionar maior flexibilidade e adequação às flutuações das respectivas demandas.

5.1.2. Deixa-se de utilizar o recebimento da Nota de Empenho como início da contagem do prazo de entrega por estarem as OPME's enquadrado no regime especial na remessa interna e interestadual de produtos médico hospitalares, exceto medicamentos, relacionados a implantes e próteses médico hospitalares, para utilização em ato cirúrgico por hospitais ou clínicas (Redação dada pelo Ajuste SINIEF Nº 3 DE 27/07/2021).

5.1.3. Os materiais devem vir em embalagem esterilizada individualmente.

5.1.4. A Entrega do material deverá corresponder ao Modelo de Recibo de Entrega de Material OPME, conforme anexo "C" deste Termo de Referência.

5.1.4.1. O registro ANVISA cadastrado na proposta deverá compreender ao mesmo do material entregue, conforme anexo "C" deste Termo de Referência.

5.1.4.2. Caso ocorra a impossibilidade do mesmo registro ANVISA para entrega de material durante a vigência da contratação, a Contratada deverá informar previamente, período de 10 (dez) dias úteis com a devida justificativa para mudança de material e desde que seja comprovado a equivalência ou superioridade de qualidade e custos acima dos inicialmente estimados neste certame. Somente serão aceitos materiais que a Administração, mediante pesquisa de preços, certifique a vantagem econômica e técnica para União, cabendo a Contratada a responsabilidade e sanções previstas no Edital caso ocorra qualquer prejuízo por alteração de material previsto durante a vigência da Contratação.

5.1.5. O fornecimento do material solicitado será por demanda, sendo que após sua utilização e auditoria será emitido e entregue a Nota de Empenho para posterior emissão da Nota Fiscal por parte do fornecedor.

5.1.5.1. A nota de empenho somente será gerada após auditoria interna acerca dos materiais utilizados nos eventuais procedimentos cirúrgicos, a conferência será por meio de Relatório "Pós cirúrgico" (contendo os dados suficientes para auditoria da contratação), o qual deverá atender o modelo em anexo a este Termo de Referência, Anexo B – Modelo de Relatório Pós Cirúrgico.

5.1.5.1.1. O prazo para envio do Relatório Pós Cirúrgico, Anexo B deste Termo de Referência, emitido

pela Contratada, deverá compreender ao prazo de até 2 (dois) dias úteis após a utilização dos materiais, o que deverá ser enviado por email: [hmaspauditoriainterna@gmail.com](mailto:hmaspauditoriainterna@gmail.com), podendo ser confirmado por telefone: (11) 3278- 4070 /4024.

5.1.5.2. Os produtos devem ser apresentados em suas unidades de acondicionamento (embalagem individual) contendo o número do lote, a data de validade, tipo de esterilização (se for o caso) e o nome comercial de forma legível, em atendimento ao artigo 31 do Código de Defesa do Consumido.

5.1.6. A entrada das OPME e de seus respectivos equipamentos e acessórios, será no almoxarifado das farmácias hospitalares ou seção equivalente, deve ser detalhadamente conferida e documentada, quando possível em sistema eletrônico.

5.1.6.1. O registro das informações será realizado conforme preconizado no HMASP, devendo constar o número da nota fiscal, código, quantitativo, validade, lote, valor, o CNPJ e a razão social do fabricante e do fornecedor de OPME. Após a conferência e a assinatura do documento, este ficará arquivado no estabelecimento de saúde.

5.1.6.2. Os materiais deverão estar acompanhados do respectivo Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) e AF ou documento equivalente, cabendo aos profissionais encarregados pelo almoxarifado das farmácias hospitalares das OMS ou seção equivalente realizar o recebimento provisório ou definitivo.

5.2. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

5.3. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deterioração do material, conforme regulamentação da ANVISA.

5.4. Por ocasião da entrega, deverá ser apresentada cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 751, de 15 de setembro de 2022 e alterações, e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976 serão aceitos protocolos de solicitação de registro.

5.5. Data limite do prazo de validade do insumo a ser aceito pelo destinatário quando da realização da entrega: entre a data de fabricação e a data da entrega nos locais indicados, não deverá ter transcorrido mais de 25% (vinte e cinco por cento) do prazo de validade.

5.5.1. Na hipótese de vencimento da validade de materiais eventualmente estocados pelo Contratante, a Contratada se compromete a substituí-los por materiais válidos.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. Os bens deverão ser entregues na rua Ari Cajado, Nº 36, Vila Monumento, São Paulo – SP, CEP 01551-080, (HMASP), de segunda à sexta-feira.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.8 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. 5.1.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º); e

6.15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1. Os bens não utilizados sob a demanda de consignação, não serão recebidos definitivamente. O empenho dos itens deste certame será por consumo descrito em relatório cirúrgico, por cirurgia de cada paciente, e após aprovação de auditoria interna e setor de OPME.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será integral, sob demanda.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### **Qualificação Técnica**

9.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente quando for o caso, em plena validade;

9.26.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1. A quantidade válida para Atestado da Qualificação Técnica deverá ser de no mínimo de 10% (dez por cento), conforme modelo anexo ao Edital (ANEXO IV – Atestado de Qualificação Técnica);

9.27.1.2. O Atestado de Qualificação técnica será exigido para os itens 28,34,63,64,74,78 e 79. (INCLUSÃO)

9.27.1.3. Em conformidade ao disposto no § 1º, Art. 67, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, somente será necessária a apresentação de atestados de qualificação técnica nos termos dos itens acima elencados para o (s) item(ns), entendidos como aqueles de maior relevância no âmbito da presente licitação.

9.27.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Autorização de Funcionamento (AFE) ou Autorização Especial (AE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nos termos da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, e Licença /Alvará Sanitário vigente expedido pelo ente/órgão de vigilância sanitária Estadual/Distrital/Municipal (nos termos dos normativos do respectivo ente subnacional em que a licitante exerce as atividades sujeitas à fiscalização pelo órgão regulador local), ou ainda, declaração emitida pela licitante e /ou fabricante de que é isenta da apresentação de tais documentos para fabricar e /ou comercializar o produto cotado.

9.28.1 Os produtos ofertados deverão possuir o devido REGISTRO junto à ANVISA, excetuados aqueles isentos, desde que comprovada a inexistência do produto industrializado com registro no mercado e justificada tecnicamente a necessidade da manipulação (Lei nº 6.360/76 e Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007) .

9.28.2 .Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA (CBPF) para os produtos que sejam classificados como grau de risco Classes III e IV, segundo a RDC nº 15/2014. Serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF, mas não protocolos para Solicitação do CBPF.

9.28.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$3.849.152,65 (Três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas**

São Paulo, 28 de Abril de 2026.

**FELIPE DA FONSECA POTRATZ - 1º TEN**  
Presidente da Planejamento da Contratação

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin ).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº90011/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

São Paulo, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE DA FONSECA POTRATZ**

Presidente da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 15:41:22.*

**TIAGO AUGUSTO MEDEIROS PAZ**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 15:38:14.*

**ALBERT SALVIANO DOS SANTOS**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 15:45:31.*